

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS  
INFORME BRASIL ESPECIAL**

Período: 02/01/2013 a 01/02/2013

**GEDES – Brasil**

- 1- Comissão da Verdade I: militares relançam livro sobre o regime militar
- 2- Comissão da Verdade II: investigações sobre a morte de Rubens Paiva
- 3- Comissão Interamericana de Direitos Humanos investigará a morte do jornalista Vladimir Herzog
- 4- Exposição mostra fotos de famílias que perderam seus parentes durante o regime militar
- 5- Argentino relata sua prisão no Brasil antes de conseguir exílio na Suécia durante o regime militar
- 6- Locais de memória do regime militar nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro são lembrados por jornais
- 7- Embraer pretende fabricar helicópteros em parceria com empresa europeia
- 8- ONU planeja retirar suas tropas do Haiti até o final de 2016
- 9- Exército inicia preparação para combater eventuais ataques cibernéticos

1- Comissão da Verdade I: militares relançam livro sobre o regime militar

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, o livro “Orvil – Tentativas de Tomada do Poder”, que retrata o regime militar (1964-1985) sob a ótica dos oficiais do Centro de Informações do Exército (CIE), retornou às livrarias numa tiragem de 2000 exemplares. O livro é assinado pelo tenente-coronel reformado Lício Augusto Maciel e pelo tenente reformado José Conegunde Nascimento, sob coordenação do general Agnado Del Nero Augusto, falecido em 2009; entretanto, outros oficiais que trabalharam no projeto não quiseram assinar. Uma versão digital do livro está disponível no site da esposa do coronel reformado Carlos Alberto Brilhante Ustra, ex-chefe do Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) do II Exército de São Paulo. De acordo com o *Estado*, a publicação seria uma contraposição ao livro “Brasil: Nunca Mais”, escrito por uma equipe ligada ao cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, contendo relatos de violações de direitos humanos que ocorreram durante o regime militar. O jornal afirmou que a nova tiragem do livro escrito pelos militares também é uma reação à criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), fato que pode ser notado no prólogo que contém a informação de que “os revanchistas da esquerda que estão no poder -- não satisfeitos com as graves restrições de recursos impostas às Forças Armadas e com o tratamento discriminatório dados aos militares sob todos os aspectos, especialmente o financeiro - tiveram a petulância de criar, com o conluio de um inexpressivo Congresso, o que ousaram chamar de comissão da verdade”. Para o advogado e membro da CNV, José Carlos Dias, o livro “representa a tentativa daqueles que tomaram o poder em 1964 e nele se perpetuaram durante todo o período da ditadura de justificar todas as violências praticadas(...) Este livro é um pouco corpo de delito das violências da ditadura e vai servir também de inspiração para o nosso trabalho”. (O Estado S. Paulo – Nacional – 17/01/13)

## 2- Comissão da Verdade II: investigações sobre a morte de Rubens Paiva

Segundo os periódicos *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo*, representantes da Comissão Nacional da Verdade (CNV) se reuniram com integrantes da Comissão da Verdade do Rio Grande do Sul, a qual apresentou documentos sobre a morte do ex-deputado Rubens Paiva, ocorrida no período do regime militar (1964-1985). Os documentos estavam em propriedade do ex-coronel Júlio Miguel Molinas Dias, comandante, na década de 1980, de um dos principais aparelhos de repressão da ditadura, o Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) da cidade do Rio de Janeiro e que foi assassinado na cidade de Porto Alegre no ano de 2012. O *Correio* afirmou que o Exército não assumiu a responsabilidade pelo desaparecimento de Paiva, sendo que, nos documentos entregues à CNV, havia uma menção de que os militares buscaram Paiva e que ele foi levado em seu carro até o DOI-Codi do Rio de Janeiro. No dia 20/01/13, a *Folha de S. Paulo* destacou que a CNV pretendia divulgar, no mês de fevereiro, um relatório para auxiliar a identificação dos responsáveis pela morte de Paiva. Segundo a *Folha*, Vera Paiva, filha do ex-deputado, acredita que a morte do pai foi consequência do engajamento do mesmo com assuntos relacionados à garantia dos direitos fundamentais. (*Correio Braziliense* – Política – 16/01/13; *Folha de S. Paulo* – Poder – 20/01/13; *O Estado de S. Paulo* – Política – 16/01/13)

## 3- Comissão Interamericana de Direitos Humanos investigará a morte do jornalista Vladimir Herzog

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, no dia 22/01/13 a família do jornalista Vladimir Herzog divulgou que a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), da Organização dos Estados Americanos (OEA), está investigando a morte de Herzog, em 1975, durante sua prisão no Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) do II Exército de São Paulo. A decisão foi tomada pela CIDH em novembro de 2012 e abre caminho para investigar as responsabilidades do Estado brasileiro no caso. De acordo com o jornal, o governo brasileiro, ao ser consultado pela Comissão, tentou obstruir o processo alegando que a Lei de Anistia (1979) impede a punição dos responsáveis por violações de direitos humanos no período do regime militar (1964-1985), beneficiando os agentes do Estado acusados de tais atos. Entretanto, os argumentos foram rejeitados pela organização. Segundo Viviana Krsticevic, diretora executiva do Centro pela Justiça e o Direito Internacional, "a Comissão segue a jurisprudência da Corte Interamericana, que estabelece que são inadmissíveis disposições de anistia destinadas a impedir a investigação e a punição dos responsáveis por violações de direitos humanos, como a tortura, execuções sumárias, prisões e desaparecimentos forçados". Para Ivo Herzog, filho do jornalista, a decisão da CIDH favorece muitas famílias que se encontram em situação semelhante. O jornal informou que após os procedimentos normais da instituição, nenhuma pessoa será responsabilizada, entretanto providências poderão ser cobradas do Estado brasileiro para que se façam melhorias institucionais, garantindo a efetiva justiça. (*O Estado de S. Paulo* – Nacional - 23/01/13)

#### 4- Exposição mostra fotos de famílias que perderam seus parentes durante o regime militar

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, foi reaberta, no dia 22/01/13, a exposição 'Ausências Brasil', no Arquivo Público do Estado de São Paulo. A mostra reúne fotos de famílias brasileiras que, durante o regime militar (1964-1985), sofreram com perda de parentes. Segundo a *Folha*, o projeto foi iniciado com o retrato de famílias de vítimas do regime militar da Argentina (1976-1984) e, em seguida, se expandiu para os países do Cone Sul. (*Folha de S. Paulo – Poder – 22/01/2013*)

#### 5- Argentino relata sua prisão no Brasil antes de conseguir exílio na Suécia durante o regime militar

Conforme publicado no periódico *Folha de S. Paulo*, o engenheiro argentino, Carlos Alfredo Claret, relatou seu encarceramento por militares brasileiros em 1978, em uma possível ação da Operação Condor, na cidade de Passo Fundo, no estado do Rio Grande do Sul (RS). Claret, que era dirigente da Universidad Nacional de Río Cuarto, na cidade de Córdoba, Argentina, mudou-se para o Brasil em 1976 após ver seu colega ser preso e aparecer enforcado no dia seguinte. Em Passo Fundo, o engenheiro trabalhava em uma fábrica e em 1978 um amigo o avisou que a polícia estava na fábrica procurando por documentos estrangeiros e pouco tempo depois os militares o apanharam enquanto dirigia perto de uma praça e o levaram a um regimento do Exército Brasileiro em Passo Fundo. Claret declarou que os militares não lhes disseram quais eram as acusações para que fosse encarcerado; apenas afirmavam que tinham sua esposa e filhos, além de ameaçá-lo de morte constantemente. O engenheiro afirmou que o obrigaram a escrever toda sua história e relatar sobre todas as pessoas que conhecia na Argentina, havendo até uma pessoa que dizia ser padre pedindo para Claret confiar na igreja e relatar seus "contatos". Em seu último interrogatório, havia argentinos que "estavam vestidos como civis, mas dava para ver que eles eram militares", afirmou Claret. Segundo ele, os interrogatórios e torturas cessaram repentinamente e o chefe de polícia o informou que o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados iria visitá-lo. O funcionário do Alto Comissariado, Guy Prim, o visitou e alertou que poderiam enviar Claret de volta para a Argentina a qualquer momento. Sugeriu então solicitar autorização para morar na Suécia ou Holanda, pois esses países responderiam de forma mais rápida. Desse modo, após solicitar autorização à Suécia, lhe foi concedida a permissão em 24 horas. Após um mês preso, Claret foi enviado para a Suécia, onde vive até os dias atuais. (*Folha de S. Paulo – Poder – 07/01/2013*)

#### 6- Locais de memória do regime militar nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro são lembrados por jornais

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, a cidade de São Paulo tem assistido, no decorrer dos anos, o esquecimento de locais que marcaram a repressão ocorrida durante o regime militar (1964-1985). Em São Paulo, lugares como a casa 767 na rua Pio XI, na Lapa, palco da morte de três dirigentes do Partido Comunista do Brasil (PC do B) a tiros de metralhadora em

1976, não possui nenhuma referência ao episódio, que ficou conhecido como “Chacina da Lapa”. Também em São Paulo, na rua Tutóia, no Paraíso, uma antiga sede do Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (Doi-Codi) onde aproximadamente 46 presos políticos foram assassinados, hoje abriga uma delegacia. Segundo a *Folha*, ex-presos querem que o edifício seja tombado para a construção de um memorial. A exceção na cidade fica com o Memorial da Resistência, inaugurado em 2002, recuperando a história de uma antiga série do Departamento Estadual de Ordem Política e Social, no bairro da Luz. O jornal *Correio Braziliense* lembrou do caso do jornalista Ottoni Guimarães Fernandes Júnior, que antes de sua morte, em 2012, revelou a existência de uma casa da tortura, no Rio de Janeiro, contribuindo para as investigações da Comissão Nacional da Verdade. De acordo com seus depoimentos, foi possível revelar que as torturas não ocorriam apenas em estabelecimentos estatais, mas também em imóveis particulares disponibilizados por simpatizantes do regime. (*Correio Braziliense* – Opinião – 16/01/2013; *Folha de S. Paulo* – Poder – 21/02/13)

#### 7- Embraer pretende fabricar helicópteros em parceria com empresa europeia

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, a Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (Embraer) e a empresa anglo-italiana AgustaWestland irão criar um empreendimento conjunto (joint-venture) para a fabricação de helicópteros. A parceria objetiva a produção de aeronaves no território brasileiro e almeja abranger não só o mercado interno, mas também a exportação para países da América Latina, atendendo a mercados de natureza distinta, como o de defesa, de transporte de executivos e de funcionários de empresas com atividades em alto-mar. As duas empresas revelaram, através de comunicado, que estudos preliminares apontaram para o potencial de venda de helicópteros bimotores, de capacidade média, destinados a atender, em maior parte, o setor de óleo e gás. Segundo o comunicado, o setor de defesa possui também um potencial na América Latina. De acordo com o *Estado*, apesar de não haver uma data definida para a oficialização da joint-venture, a Embraer e a AgustaWestland esperam concluir as negociações em breve. Em nota publicada no dia 21/01/13, o presidente da Embraer, Frederico Curado, afirmou que a joint-venture é um passo importante na continuidade da expansão dos negócios da empresa e trará ao Brasil uma tecnologia que o país ainda não possui. "A Embraer está sempre avaliando oportunidades na indústria aeronáutica que também incluam transferência de tecnologia", declarou a companhia, que classifica a produção de helicópteros como “nicho estratégico”. (*O Estado de S. Paulo* – Negócios – 22/01/2013)

#### 8- ONU planeja retirar suas tropas do Haiti até o final de 2016

Conforme noticiado pelo periódico *O Estado de S. Paulo*, a Organização das Nações Unidas (ONU) tem como meta retirar a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (Mlnustah) até o final de 2016, com a condição de que a Polícia Nacional Haitiana aumente seu contingente para 15 mil membros e possa oferecer segurança à população. A missão, que desde 2004 busca estabilizar a situação político-social do país, principalmente após o terremoto de 2010, conta com a ajuda de tropas brasileiras para compor seus mais de 10

mil funcionários, entre civis, militares e policiais. Segundo o jornal, embora a última resolução do Conselho de Segurança da ONU, de outubro de 2012, tenha prolongado o mandato da Minustah, está prevista a retirada gradual do contingente. Para o ano de 2013, o pessoal instalado será reduzido para 8.871, dos quais 460 devem ser militares brasileiros. O chefe da representação da ONU no Haiti, Mariano Fernández, apontou que o controle da violência é visto como a parte final da missão e ressaltou que a força policial local deve ser boa o suficiente para que a entidade se retire. O *Estado* apontou que a meta da ONU é treinar 1,2 mil policiais locais por ano, para complementar os 10,1 mil agentes que já compõem a Polícia Nacional Haitiana. Entre os principais problemas de segurança, foram listados a violência doméstica, o abuso sexual e conflitos entre locais e membros da polícia da ONU. O jornal ainda evidenciou as intenções do presidente haitiano, Michel Martelly, de recriar um Exército nacional. Martelly teria contatado diversos países da região, inclusive o Brasil, com a intenção de obter ajuda financeira para o projeto, porém o apoio internacional foi restrito por conta de um receio de “uma espécie de guarda predatória”. O presidente teria se encontrado com a presidenta da República brasileira, Dilma Rousseff, em fevereiro de 2012 e, depois, com o ministro da Defesa brasileiro, Celso Amorim, em junho do mesmo ano, para discutir sobre a reestruturação do Exército haitiano. O *Estado* afirmou que Rousseff teria dito que o novo Exército se trataria de um “assunto interno” do Haiti, mas, após a conversa com Amorim, Martelly deixou o discurso da força armada e conseguiu do Brasil um acordo. Atualmente a chancelaria e o ministério da Defesa brasileiros mandaram uma comissão ao Haiti para avaliar a possibilidade de uma “engenharia militar” no país. (O Estado de S. Paulo – Internacional - 13/01/13)

#### 9- Exército inicia preparação para combater eventuais ataques cibernéticos

Nos últimos anos, as Forças Armadas brasileiras passaram a considerar em seu preparo um adversário não tradicional: a guerra cibernética. Conforme publicado pelo jornal *Correio Braziliense*, em pesquisa realizada pela empresa norte-americana Norton, o Brasil figura entre os maiores propagadores de vírus e spam na rede mundial de computadores, perdendo, em 2011, apenas para China, África do Sul e México, e se expondo a uma vulnerabilidade virtual que causa prejuízos estimados em aproximadamente U\$15 bilhões. Tendo em vista o intenso fluxo de dados na rede em razão dos eventos internacionais de grande porte que o país sediará nos próximos quatro anos – a Copa das Confederações em 2013, a Copa do Mundo em 2014, e as Olimpíadas em 2016 –, o governo federal deverá investir cerca de R\$400 milhões no setor de defesa cibernética; deste montante, 41% será destinado ao planejamento da segurança. De acordo com o jornal, o país até hoje não sofreu ataques militares cibernéticos – que envolvem desde a invasão de um site oficial de um órgão do governo até a tomada do controle de uma central energética por meio da rede de computadores – mas casos como o do ataque sofrido pelo Irã, em 2010, servem de alerta ao Brasil. O Irã foi considerado vítima do primeiro ataque militar cibernético (atribuído pelo país a inimigos como os Estados Unidos e o Iraque), quando, em 2010, o vírus Stuxnet infectou os sistemas de operação de uma usina de enriquecimento de urânio, atrasando o programa nuclear do país. Conforme explicou o tenente-coronel Márcio Ricardo Fava,

comandante do Centro de Instrução de Guerra Eletrônica do Exército (Cige), “Indivíduos e países deixaram de ver a internet apenas como instrumento de cultura, comércio e informação, mas [passaram a vê-la] como uma arma para afetar possíveis adversários”. Assim, a fim de combater adequadamente em caso de eventual guerra cibernética, o Exército adotou um programa de computador que permite treinar os militares para reagir em caso de ataques a redes eletrônicas brasileiras. O Simulador Nacional de Operações Cibernéticas (Simoc), que foi apresentado pelo Centro de Comunicações e Guerra Eletrônica (CCGE) do Exército no dia 23/01/13, custou R\$5 milhões e foi produzido com tecnologia brasileira pela empresa nacional Decatron. O programa cria cenários fictícios de ataques que requerem dos militares soluções, desenvolvendo meios de conter uma eventual ofensiva real. De acordo com o diretor de negócios da Decatron, Bruno Melo, os crimes cibernéticos atualmente movimentam mais dinheiro do que o tráfico de drogas. Como citou o jornal, este inimigo faz parte de um novo tipo de conflito, sem armas letais, mas com potencial nocivo a países da mesma forma que os conflitos tradicionais e “com o crescimento do Brasil, tornando-se uma potência, acabamos virando possíveis alvos”, como ressaltou o comandante do CCGE, general Antonino dos Santos Guerra Neto. (Correio Braziliense – 23/01/12).

## **SITES DE REFERÊNCIA**

Correio Braziliense – [www.correioweb.com.br](http://www.correioweb.com.br)

Folha de S. Paulo – [www.folhaonline.com.br](http://www.folhaonline.com.br)

O Estado de S. Paulo – [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br)

\* Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a [gedes@franca.unesp.br](mailto:gedes@franca.unesp.br)

## **Equipe:**

Ana Paula Lage de Oliveira (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Ana Paula da Silva (Supervisora, doutoranda em História); Bruce Scheidl Campos (Redator, graduando em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Redatora, graduada em Relações Internacionais); João Guilherme Benetti Ramos (Redator, graduando em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Mariana Salvadori (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Ricardo Cavalheiro (Redator, graduando em Relações Internacionais); Sofia Andrade (Redatora, graduanda em Relações Internacionais)